

Campo Grande News – 28/10/2007

<http://www.campogrande.news.com.br/debates/debates.htm?id=3453>

Opinião

Energia para crescer

Por Arnaldo Jardim (*)

O Brasil está próximo de alcançar os níveis de crescimento econômico que há muito desejávamos, entretanto causa preocupação o suprimento energético, a partir de fontes confiáveis, a custos competitivos. Este foi o tema central da minha palestra no 9º – ENERCON – Encontro Nacional de Energia e Eletricidade, como representante da Comissão de Minas e Energia.

A real disponibilidade de energia elétrica nos próximos anos; a volatilidade dos preços da energia elétrica no curto e médio prazo; os entraves ambientais; a viabilização financeira dos projetos de Energia Renovável; e o reforço aos marcos regulatórios. Todos esses aspectos concentram as atenções dos consumidores, empresas concessionárias, do Executivo e de nós, parlamentares.

No seu planejamento, o governo optou por concentrar boa parcela a expansão da capacidade de geração em grandes empreendimentos, como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (Rio Madeira), de Belo Monte e Usina Nuclear de Angra III. Devido à dimensão destes projetos, aos impactos potenciais no meio ambiente e as complexidades técnicas, é bem provável que ocorram atrasos em seus cronogramas. Isto torna o planejamento setorial ainda mais impreciso e eleva o risco de descasamento entre a demanda e oferta de energia.

Segundo dados a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a capacidade de geração projetada para o período entre 2007-2011, é de apenas 2 GW por ano, isto é a metade do incremento médio observado entre os anos de 2003-2006. Este baixo investimento em geração é ainda mais preocupante, tendo em vista a escassez de gás natural que impossibilita o atendimento do parque instalado de usinas térmicas em sua plenitude.

O **Instituto Acende Brasil** já fez o alerta de que o déficit de energia deve chegar a 1.800 MW médios, em quatro anos, levando-se em conta o crescimento de 4,8% do PIB ao ano e que as usinas programadas para entrar em operação não sofram atrasos. Por isso, o risco de apagão é iminente e para isso colabora mais um adiamento do leilão da usina hidroelétrica de Santo Antônio, antes marcado para 30 de outubro, e agora previsto para ocorrer no final de novembro.

É urgente criarmos alternativas para a expansão do parque gerador que dêem mais flexibilidade ao setor e evitem uma trajetória sem volta em direção ao racionamento, que determina desde já uma evidente “precificação” de risco. Isto inibe investimentos e adia projetos de expansão de atividades industriais. Entendo que os pontos a serem mais urgentemente equacionados estão associados à redução da percepção de risco pelos investidores em geração, que deve abranger os aspectos ambiental, econômico e regulatório.

Em relação ao licenciamento ambiental, todos concordamos que o processo pode ser melhorado e agilizado. Não se trata aqui de relaxar medidas de preservação ambiental, mas sim de dotar o País de um conjunto de profissionais, procedimentos e organizações ágeis e eficientes. Empreendedores e os órgãos ambientais devem cooperar, trocar experiências e informações, de modo a construir um processo interativo de licenciamento, que antecipe problemas, busque alternativas e procure evitar uma “judicialização” do conflito.

No campo econômico, parece-nos prioritária a redução da carga tributária e de encargos setoriais que oneram a tarifa de energia elétrica nacional. Segundo a ANEEL, 33% da conta de energia média foram encargos e tributos, em 2006. Reconhecendo uma tendência crescente nos custos de geração, precisamos reabrir o debate entre empresas, consumidores, Congresso e Governo, sobre o regime não cumulativo e apresentarmos uma proposta de desoneração responsável, evitando uma perda de competitividade industrial, que conduzirá a menos empregos, renda e divisas para o País.

A Comissão de Minas e Energia também está engajada na diversificação das fontes primárias de geração de energia elétrica, com a ampliação do Proinfa – Programa Nacional de Incentivo às Fontes Energéticas Alternativas.

Também destaquei a necessidade de retomarmos políticas públicas voltadas à eficiência energética e o combate ao desperdício. O desperdício causa uma perda de cerca de R\$ 7 bilhões/ano, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Conservação de Energia Elétrica (Abesco). O Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) trouxe avanços, assim como os diversos movimentos de cidadania por um consumo consciente, mas devemos incrementar ainda mais a cooperação entre as diferentes esferas governamentais, agentes de regulação, fabricantes de equipamentos, investidores e o consumidor comum.

Fiz esta análise compromissada com o setor, na qual reafirmo o empenho, como legislador, de trabalhar para superar estes entraves. Afinal, nesta gama de atividades e desafios, envolvendo todas as esferas da Administração Pública, Judiciário, empresas, entidades e movimentos sociais, reside à responsabilidade de estabelecer ações práticas para garantir o crescimento sustentável do setor elétrico e assim assegurar o futuro econômico do Brasil.

(*) Arnaldo Jardim é deputado federal pelo PPS-SP e membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.